

O PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE: A POLÍTICA DE FORMAÇÃO PARA O TRABALHO E O PAPEL DOS AGENTES SOCIAIS

Dulce Maria Filgueira de Almeida Suassuna

RESUMO

O artigo analisa a política de formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade (Governo Federal-Brasil). Foram realizadas consultas a documentos e pesquisa de campo e utilizados autores das Ciências Sociais e da Educação Física, definindo-se como categorias analíticas: formação e trabalho. Conclui-se que a política de formação se depara na execução com entraves na compreensão do significado do trabalho, ao passo que se baseia em um modelo hegemônico que dicotomiza o *fazer esportivo e do lazer*, separando concepção e execução.

Palavras-chave: políticas públicas, política de formação, trabalho, agentes sociais.

RESUMEN

El artículo presenta una reflexión sobre la política de formación del Programa Esporte e Lazer da Cidade (Gobierno Federal-Brasil). Fueron hechas consultas documentales y trabajo de campo y usados autores de las ciencias sociales y de la educación física, apuntándose las categorías: trabajo y formación como centrales. La conclusión apunta que la política de formación del Programa presenta problemas relacionados a la comprensión de lo sentido del trabajo, puesto que se fundamenta en un tipo hegemónico dualista del hacer deportivo e del ocio, dividiéndose concepción y ejecución.

Palabras claves: políticas públicas, política de formación, trabajo, agentes sociales.

ABSTRACT

This paper analyses the formative policy of the Programa Esporte e Lazer da Cidade (Federal Government-Brazil). Based on documents research and work field; the theory comes from authors of the Social Science and Physical Education, it analyses: formative policy and work. It was concluded that the formative policy of the Program present issues related to the comprehension of the meaning of work, because it's based in an hegemonic type that dichotomized the 'sport practice' and the leisure, separating meaning and execution.

Key words: public police, formative policy, work, social agent

Introdução

Este artigo parte de uma reflexão sobre a definição de programas sociais no quadro das políticas públicas no Brasil, considerando, particularmente, o Programa Esporte e Lazer da Cidade da Secretaria Nacional do Desenvolvimento do Esporte e Lazer do Ministério do Esporte. Pretende-se, especificamente, discutir a construção de uma ação de formação de trabalhadores do lazer no escopo deste programa governamental.

As questões norteadoras são: qual é o significado da política de formação para o trabalho presente no Programa Esporte e Lazer da Cidade do Ministério do Esporte? Qual é o papel dos agentes sociais de esporte e lazer no âmbito da construção desse programa e como se dá sua inserção no Sistema Nacional de Esporte e Lazer e na Política Nacional do Esporte do governo brasileiro, considerando como marco temporal o período de 2004 a 2007?

Para a construção da análise, a perspectiva teórica adotada parte de autores que trazem subsídios para a leitura do fenômeno investigado. Habermas (1992) e Arendt (1990; 1967) contribuem por meio de suas abordagens sobre o Estado, o sentido de mundo comum da esfera pública e suas considerações sobre o poder. Bourdieu (1990) auxilia na análise com base na noção de disputa entre campos. Weber (1990) trata da constituição da ética do trabalho, fundada nos preceitos de realização no mundo no cenário da sociedade capitalista. Castells (2004) traz leitura contundente sobre o contexto social em que a categoria trabalho é ressignificada e Enguita (1986 e 2004) possibilita a compreensão da noção de política de formação por meio da redefinição do trabalho para a constituição de políticas públicas. Com fundamento nestas interpretações, aliadas a perspectivas que se voltam para o campo do lazer, entendido como um fenômeno moderno, resultado das tensões capital-trabalho e que se materializa por meio de vivências lúdicas, sendo espaço de organização da cultura e perpassado por relações hegemônicas (Mascarenhas, 2005), constrói-se o quadro conceitual.

Procedimentos metodológicos

Os elementos da análise que se apresenta resultam de um trabalho de investigação que se encontra em curso¹. Deste modo, são trazidos alguns indicadores com base na consulta a documentos e na pesquisa de campo, mas que não pretendem ser conclusivos. Para a pesquisa de campo foram realizadas entrevistas², com roteiro semi-estruturado, com gestores do Programa Esporte e Lazer da Cidade e do Programa Esporte Solidário, com gravação em fita microcassete e/ou digital, tendo uma duração de aproximadamente uma hora e 30 minutos, conforme o quadro a seguir:

Quadro de Entrevistas – Ministério do Esporte – 2007

<i>Identificação</i>	<i>Entrevistado</i>	<i>Gestão</i>	<i>ANO</i>
EI01/07 ³	Secretária Nacional para o Desenvolvimento do Esporte e Lazer	Governo Lula da Silva	2007
EI02/07	Diretora de Políticas Sociais de Esporte e Lazer	Governo Lula da Silva	2007
EI03/07	Diretora de Ciência & Tecnologia – Rede Cedes	Governo Lula da Silva	2007
EI04/07	Coordenador Geral de Apoio, Capacitação e Eventos Esportivos	Governo Lula da Silva	2007
EI05/07	Gestora do Programa Esporte	Governo Fernando	2007

¹ Esta pesquisa é parte de um projeto financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP do Ministério da Ciência e Tecnologia em que se pretende analisar o Programa Esporte e Lazer da Cidade. Seu cronograma de execução estabelece prazo de 2 anos, estando atualmente no primeiro ano de desenvolvimento.

² Ocorreram em maio de 2007.

³ EI significa Entrevista Institucional; seguida pelo número de ordem correspondente à entrevista e ano em que foi realizada.

Fonte: Suassuna, D., com base em trabalho de campo. Brasília, 2007.

Além das entrevistas, como parte do trabalho de campo, foram coletadas informações e documentos junto ao Ministério do Esporte pertinentes ao tema investigado e que estão relacionados no final do texto, após as referências bibliográficas, bem como realizada observação participante durante a II Conferência Nacional do Esporte e Lazer, realizada em Brasília em maio de 2006.

Para a análise dos dados apresentados foi utilizada como técnica a triangulação, na qual foram cruzadas as informações documentais, com as falas dos sujeitos e alguns registros de informações obtidas e notas de campo, resultado da observação participante. A construção das categorias de análise partiu da identificação na fala dos sujeitos da importância da formação para o trabalho como cerne do Programa, sendo tal aspecto identificado como fio condutor da política desenvolvida pela Secretaria Nacional do Desenvolvimento do Esporte e Lazer do Ministério do Esporte. Além deste aspecto, aparece como salutar nas falas e nos documentos consultados a dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho manual, que reverbera no tipo de formação que se pretende para os trabalhadores do lazer e, por fim, os “entraves”, obstáculos e disputas entre programas e as prioridades, inclusive do ponto de vista orçamentário, no âmbito do Ministério do Esporte. Estes aspectos podem ser analisados como disputas e tensões, mas não serão aqui discutidos, cabendo, neste momento, maior atenção à política de formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

A política de formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade

O Estado, definido por Habermas (1992), como o Estado Social, corresponde a um modelo em que as garantias constitucionais, o princípio democrático e legados, como a soberania são mantidos, ao mesmo tempo em que constrói ações e programas com base na definição de políticas públicas. Por meio das políticas públicas, os cidadãos participam das decisões na esfera pública ou espaço público – mundo comum (Arendt, 2000). Entendido como o Estado em ação, o governo atua na formulação, implantação e execução de políticas, que considerando os preceitos do Estado Social, são sociais.

Por sua vez, no período compreendido entre 1996 e 2005, nas gestões dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, respectivamente, o Estado brasileiro, com base em políticas de cunho social, no âmbito da pasta destinada ao Esporte⁴, instituiu importantes programas e ações, dando prioridade ao Programa Esporte Solidário, o qual estava inserido no Plano *Avança Brasil*. Tal programa sofre mutações e, mais tarde, tem algumas ações incorporadas ao Programa Segundo Tempo e, outras, ao Programa Esporte e Lazer da Cidade (BRASIL, 2000; Suassuna *et al*, 2007; cf. EI05/07).

Os Planos Plurianuais mostram que constava na carta de intenções das consecutivas gestões (1996-2006) a intenção de promover o desenvolvimento de ações direcionadas para o esporte, visando ao aperfeiçoamento dos programas, com o incremento de uma política de formação para esse setor no Brasil.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade pode ser caracterizado como um programa federal que se insere no quadro das políticas sociais do Ministério do Esporte

⁴ Designado atualmente Ministério do Esporte, criado por meio de Decreto-Lei, em janeiro de 2003, Gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

do Governo Federal brasileiro. Faz-se presente em 182 municípios brasileiros, tendo atualmente em processo de formação 3.256 agentes comunitários (cf. dados fornecidos por EI04/07). Seu desenvolvimento ocorre por meio de: (a) ações sociais, que consistem em intervenções realizadas em comunidades que apresentam condições socioeconômicas desfavoráveis e (b) política de formação de *agentes comunitários do esporte e lazer*, que se constitui como uma ação de intervenção que visa à capacitação de agentes comunitários que participam do programa.

Tratando da origem do Programa Esporte e Lazer da Cidade, Castellani Filho⁵ (2007) observa que a sua criação tinha a pretensão de articular ações nas três instâncias governamentais (município, estado e governo federal), tendo, contudo, a instância municipal fundamental importância, sendo ente de ação privilegiada. Ainda assim, o autor mostra que a formação continuada em serviço dos trabalhadores do lazer – agentes sociais – era, senão o mais importante aspecto do PELC, pelo menos um dos mais relevantes, nas palavras do autor: “Não havia dúvida de que se não houvesse um trabalho de formação continuada em serviço, sua execução – por melhor que fosse a intenção inerente ao modelo conceitual do projeto – tenderia a dar-se de forma desqualificada e os resultados buscados dificilmente seriam alcançados” (Castellani Filho, 2007: 9).

O Programa Esporte e Lazer da Cidade possui três características centrais, quais sejam: ações sistemáticas nos núcleos; atividades assistemáticas e formação continuada de agentes sociais do esporte e do lazer, professores, coordenadores e demais trabalhadores, direta ou indiretamente envolvidos, como segue:

Por se tratar de um Programa que resgata e estimula a participação e a organização social, o agente social de esporte e lazer assume o papel protagonista na relação com a população atendida. Neste sentido, o Programa apresenta duas frentes de formação: os Encontros de Formação, com carga horária mínima de 32 horas/aula de atividades entre oficinas, grupos de estudos, palestras, mesas e planejamento e que seguem a orientação do Ministério do Esporte/SNDEL na construção dos módulos de formação; e a Formação Continuada em Serviço, que acontece de forma articulada ao próprio funcionamento dos núcleos, em atividades de planejamento sistemático e assistemático, além de estudos semanais e/ou quinzenais (a critério das condições locais de cada convênio) e a mobilização comunitária (Ewerton *et al*, 2007: 20)

Considerando o que foi afirmado, percebe-se que a formação no âmbito do PELC assume caráter central. É, pois, a formação de modo geral e, particularmente, a formação continuada em serviço que vem a interessar no contexto deste Programa. No entanto, para discuti-la é necessário de antemão caracterizar os trabalhadores do lazer e compreender o universo de sua atuação no âmbito da disputa de campos que se faz presente na área da Educação Física por meio da inserção destes sujeitos no Sistema Nacional de Esporte e Lazer do Ministério do Esporte, o que se dá à medida que tais trabalhadores são reconhecidos como agentes do Sistema e, portanto, são sujeitos da Política Nacional de Esporte.

A formação para o trabalho no âmbito do lazer

⁵ Castellani Filho foi Secretário Nacional para o Desenvolvimento do Esporte e Lazer do Ministério do Esporte, no período de janeiro de 2003 a abril de 2006.

O trabalho na sociedade capitalista pode ser tomado como referência, ao ponto de ter-se a adoção por parte de alguns autores do termo sociedade do trabalho. Neste contexto, as teorias do capital humano – muitas vezes sob perspectivas funcionalistas e/ou com vieses deterministas – conquistam espaço e respaldo para explicar motivações e conseqüências da inserção de trabalhadores no sistema produtivo em um mundo industrializado e circunscrito por mudanças tecnológicas significativas, datadas principalmente das últimas décadas do século XX e primeiros anos do século XXI.

Essas mudanças estão relacionadas com outra maneira de se encarar o trabalho, rompendo-se com a concepção premente no pensamento weberiano – em um dos principais livros que aborda a discussão no âmbito da sociologia do trabalho: *A ética protestante e o espírito do capitalismo* – que tinha lugar no mundo a partir do modelo adotado pela sociedade norte-americana até o início do século XX. A idéia de trabalho defendida pelo autor de *A ética* prezava pela noção de que o enriquecimento, alcançado com base no trabalho, traria realização e felicidade neste mundo. A condução dessa ética favoreceu um processo de desenvolvimento econômico e industrial nos Estados Unidos, processo esse que se refletiu ou reflete no modelo de desenvolvimento de outros países, resguardadas proporções e peculiaridades, mas que pode ser demarcado como um traço característico de um modelo idiossincrático do individualismo moderno, considerando, inclusive, o caso do Brasil.

No entanto o capitalismo – nascido na mentalidade puritana laboral do protestantismo nórdico – chegou a sua própria negação (Racionero, 2003). A negação do trabalho nos moldes do protestante asceta – trabalho como vocação – que ocorre a partir do momento em que o processo de industrialização traz ao seu lado conseqüências que são marcadas pela intensificação dos sistemas informáticos e de comunicação, em que fronteiras e limites se tornam tênues, distâncias são praticamente inexistentes e o tempo passa a ser considerado relativo.

Tem-se, então, uma era da informação, com a resignificação do trabalho, bem como, do sentido de ócio (lazer) e do desemprego, com o estabelecimento de rearranjos nas relações de produção.

No caso do Programa Esporte e Lazer da Cidade parece haver a compreensão de que o trabalho precisa ser redefinido como uma categoria central à medida que incorpora uma dupla dimensão, como pode ser observado a partir da fala da entrevistada a seguir:

“Então, o nosso diálogo aqui não pode ser só com o coordenador, ou só com o coordenador do núcleo, a gente quer que nosso diálogo prioritário aqui seja feito com um grupo gestor. Então, esse grupo gestor precisa ter a comunidade envolvida, precisa ter a entidade de controle social, precisa ter o coordenador de núcleo, precisa ter o gestor, ou seja, um grupo gestor que pense e delibere e que execute o programa de forma articulada, tentando romper aquela lógica da divisão social do trabalho, em que uns pensam, outros fazem. Não; o grupo gestor tem que ter essa dimensão do pensar e fazer de forma coletiva e participativa e que tem sido um grande desafio porque essa não é essa experiência que a gente vê na ponta” (EI02/07).

O que se percebe com base no que foi dito pela entrevistada, é a tentativa de romper com a noção – que prevalece na execução do PELC – de que existem *os que pensam* e *os que executam*. Contudo, como aponta a entrevistada, há uma série de

dificuldades que produzem obstáculos para o desenvolvimento do Programa de forma articulada, conforme o funcionamento dos núcleos nas comunidades/municípios/estados. Isto porque é recorrente a visão do trabalho sob um duplo significado: o trabalho dos que tiveram formação escolar e universitária, como trabalho intelectual, e o trabalho dos que não a tiveram, instituindo-se uma antinomia em relação à posse do capital cultural. Essa separação corresponde à diferença entre concepção e execução, como afirma Enguita (1986: 74):

Sin embargo, el aspecto más importante de la división del trabajo manual e intelectual bajo el capitalismo no es esa dualidad de tareas, sino la separación entre concepción y ejecución. Lo que distingue al trabajo humano de la actividad de cualquier animal es precisamente el hecho de que el hombre, antes de poner manos a la obra, tiene una concepción previa de lo que va a hacer. El trabajo en sí es, pues, unidad de concepción y ejecución.

A questão é, pois, que o trabalho não é visto como uma unidade, mas como uma dualidade, e por essa razão não se tem clareza do seu significado. Também compartilha desta interpretação Parkin (1984: 267) ao dizer: “Las calificaciones y los certificados aparecen como los instrumentos más adecuados para asegurar que quienes poseen el ‘capital cultural’ tienen al mismo tiempo las mayores oportunidades de transmitir los beneficios del estatus profesional a sus hijos”.

Por isso, sobre o domínio do funcionalismo, o esquema de mobilidade social passa a ser auto-explicável, na medida em que a sociedade se encontra estratificada, vista assim aos olhos dos funcionalistas, com base em um sistema de recompensas diferenciadas, incluindo-se aqui o mérito no sistema universitário, por meio do qual as pessoas mais *adequadas* podem lograr o desempenho das funções de maior relevância social.

Essa estratégia discursiva é incorporada pela classe média, que, de maneira intencional, reforça o modelo de igualdade de oportunidades na escola. Esse tipo de discurso foi utilizado durante a década de 70 no campo teórico, pautado nos enfoques do capital humano e da modernização. O discurso reformador da teoria do capital humano preconizava nova qualidade de trabalho e maior produtividade, que deveriam estar associadas a investimentos nos setores da saúde, experiência, migração, e, sobretudo, educação.

Com fundamento na teoria do capital humano, cada trabalhador era, por assim dizer, proprietário de sua capacidade de trabalho (Enguita, 1986); todavia, com a adoção desse modelo, centrado na linha *educar para modernizar*, o foco do debate que deveria ser atingido é deslocado e não se enfrentam as causas reais da desigualdade social e da exclusão.

Tendo em vista a incapacidade de a escola lidar com problemas sociais e resolver as desigualdades sociais do sistema capitalista, vem a reboque um modelo de educação compensatória que se assenta na modificação das atitudes, na motivação e no reforço da linguagem. Nesse modelo, cada um arca com seu encargo, enquanto o Estado, a Sociedade e a Escola se eximem, muitas vezes, de qualquer responsabilidade.

Sem embargo, a educação – vista por alguns como única possibilidade de ascensão social – ao não produzir mobilidade social vertical, serve apenas para manter os que já estão no poder e, com isso, justifica as disputas que estão suscetíveis às distintas áreas do conhecimento e, particularmente no caso analisado, à Educação Física. Com efeito, o que ocorre é uma mobilidade social horizontal, isto é, uma

ausência de mobilidade social (vertical) em relação às classes ou estratos sociais, corporificando-se elementos para a ampliação da disputa.

A propósito, o traçado desse cenário permite que se compreenda a importância de ter-se uma definição adequada para os *agentes comunitários*, acreditando-se que o uso do termo trabalhadores do lazer tem implicação na forma de encarar o papel exercido por estes sujeitos no Sistema Nacional de Esporte e Lazer e, por conseguinte, na Política Nacional do Esporte.

Todavia, no contexto das definições de políticas sociais, o tema da inserção e formação de agentes sociais ganha respaldo, como se passa a discutir na seqüência, com base nos embates travados durante a II Conferência Nacional do Esporte, enquanto cenário de disputas.

Como definir os agentes sociais do Programa Esporte e Lazer da Cidade?

A II Conferência Nacional de Esporte e Lazer – cujo tema foi *Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer* – teve por objetivo deliberar em etapa nacional sobre a construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, após um processo de discussões ocorridas em etapas municipais e estaduais. Assim, seu principal objetivo era o de definir o Sistema Nacional do Esporte e Lazer, bem como conferir prerrogativas, competências e atribuições aos agentes que o compõem.

Destaca-se o texto do documento:

Quando se fala em estrutura do sistema de esporte e lazer refere-se ao conjunto de instituições, organizações sociais e entidades esportivas com seu aparato de normas, funções e finalidades, sua infra-estrutura, sua capacidade financeira, os produtos que geram e os sujeitos que a compõem – dirigentes, trabalhadores, usuários que acatam seus princípios, diretrizes e objetivos e, mantendo sua autonomia, aproximam as finalidades e ações próprias de cada um às do sistema nacional (BRASIL, 2006a: 2).

Conforme a definição apresentada pelo documento, o Sistema se constitui por normas, funções, instituições e sujeitos, que de forma autônoma se integram como um corpo funcional. No entanto, ao buscar integrar tantos elementos em um mesmo corpo é possível que se esteja suscetível a conflitos, distorções de pontos de vista, discrepâncias de interesses, enfim, desenrolam-se enfrentamentos no contexto das discussões.

Neste caso o principal enfrentamento diz respeito à interação entre os sujeitos que compõe o Sistema, pois o reconhecimento dos trabalhadores como sujeitos integrantes do mesmo gerou e gera algumas controvérsias.

Conforme Castellani Filho (2007: 10):

A imperiosidade da ação de formação continuada em serviço se já não bastasse os elementos anteriormente mencionados, estava ainda demarcada por duas outras questões. A primeira delas vinculava-se a uma daquelas mentiras que de tanto repetida ganham ares de verdade: não foram uma nem duas as vezes que ouvimos afirmações referentes à desqualificação profissional das pessoas que, seja na qualidade de gestores ou de agentes sociais, se envolviam na área do trabalho esportivo e de lazer.

A essa argumentação se soma outra, como diz a entrevistada a seguir:

“A gente superou algumas dificuldades corporativas com o [órgão classista]⁶ porque simplesmente têm coisas que fazem parte do saber específico e que não podem ser realizadas por pessoas que não tenham formação, mas têm outras coisas que vêm sendo realizadas e às vezes é a única forma de acontecer a recreação e lazer nas comunidades. E também chamo atenção para a diferença regional, que estados enormes como Amazonas me parece que tem uma única faculdade de Educação Física, o que impede que profissionais da área atuem com maior ênfase nessas regiões. Essa escolha nós já fizemos. Nós queremos formar; não qualificar, capacitar. Melhorar essas pessoas também que não têm essa possibilidade de fazer esse curso, mas, em lugares onde existe essa possibilidade de formação, a gente prioriza os que estão formados. Mas não podemos abrir mão desses agentes que são lideranças locais” (EI01/07).

Percebe-se pelo teor dos discursos apresentados que as questões que envolvem a definição de políticas sociais para o esporte e lazer são dificultadas por implicarem em disputas de interesses. Estas disputas, pelo que se compreende, têm como substrato o fato de os trabalhadores do lazer não terem formação em Educação Física, sendo assim considerados *leigos*. Todavia, o fato de serem considerados leigos e, por conseguinte, defender-se a sua exclusão do Sistema Nacional pode representar um empecilho para o desenvolvimento e/ou fortalecimento de programas voltados para políticas sociais – como no caso – o Programa Esporte e Lazer da Cidade, motivando, com a aceitação dessa posição, contradições no contexto governamental.

Além deste aspecto, merece uma reflexão mais minuciosa a última fala (EI01/07) que demonstra a clara relação entre a necessidade de formação e a valorização do trabalho das lideranças comunitárias.

Assim, compreende-se com fundamento em Jacobi (1989) que o Estado – mesmo considerado como Social – é capaz de exercer funções contraditórias, tendo em vista as constantes crises pelas quais passa o Estado e que se repercutem na condução das políticas públicas de cunho social. Isto porque à medida que o Sistema Nacional admite a existência de agentes comunitários – como trabalhadores do lazer –, o Estado brasileiro legitima, perante a comunidade envolvida, um grupo social determinado e reconhece que este grupo social detém, mesmo como *leigos*, um conjunto de conhecimentos que os habilitam no fazer esportivo e do lazer (cf. Castellani Filho, 2007).

Por outra parte, pode-se compreender as tensões presentes no campo da Educação Física e as discussões que envolvem a exclusão ou inclusão dos trabalhadores do lazer do Sistema Nacional com fundamento no que afirma Castells (2006).

Para este autor, a era da informação foi capaz de promover câmbios no modo de pensar, de produzir, de consumir, de comercializar, de gerir, de comunicar, de viver, de morrer, de fazer a guerra e de fazer o amor. Tendo-se que as mudanças tecnológicas produzidas foram tão profundas que criaram uma cultura da virtualidade real, em que há uma constante fluidez de perspectivas, abordagens, pontos de vista e até de definição de categorias.

Os trabalhadores do lazer ou *agentes comunitários do esporte e lazer* (cf. definição do Ministério do Esporte – BRASIL, 2006e) são sujeitos que constroem entre

⁶ Suprimiu-se o nome da entidade.

si e em relação a outrem ações sociais e racionais, sendo caracterizados como *trabalhadores do lazer*. No contexto de suas práticas sociais, esses trabalhadores realizam o *fazer esportivo* e do lazer (Castellani Filho, 2007) e apresentam em suas ações um sentido subjetivamente visado, que se desenvolve por meio de um trabalho comunitário que têm por objetivo a interação social, a mobilização comunitária, a organização local, a animação sociocultural e o arregimentamento de atividades esportivas e de lazer (cf. EI02/07; BRASIL, 2006e).

Também chamados de agentes sociais, educadores do lazer, entre outros termos (Sampaio *et al*, 2007), os agentes comunitários de esporte e lazer são trabalhadores que desempenham atividades que se constituem por práticas esportivas, recreativas ou de lazer. Apropria-se do termo trabalhadores do lazer no lugar de agentes comunitários e/ou sociais por acreditar-se que a categoria histórica *trabalhador* traz consigo uma carga semântica de grande envergadura e se reporta à perspectiva de mudança social, além de abarcar o universo de trabalhadores e trabalhadoras que desenvolvem em suas comunidades/localidades/municípios e regiões trabalho voltado para o esporte e lazer, em diferentes dimensões da cultura corporal, conforme o sentido adotado por Castellani Filho (2007) do *fazer esportivo* e do lazer.

Com esta compreensão, o Sistema Nacional de Esporte e Lazer incorpora as atividades desenvolvidas por esses sujeitos sociais junto às suas comunidades como práticas relevantes para o desenvolvimento do esporte e lazer, com o propósito de permitir maior acessibilidade às populações de locais em que, inclusive pela distância geográfica, não se fazem presentes *profissionais da Educação Física*, isto é, profissionais com titulação superior em Educação Física (cf. EI01/07 e EI02/07).

Algumas considerações para finalizar

Buscou-se entender o contexto da definição de políticas sociais no Brasil, por meio do Programa Esporte e Lazer da Cidade – programa social do governo federal brasileiro. Neste íterim, procurou-se abranger o processo de formação dos trabalhadores do lazer em um contexto de Estado Social, em que as políticas públicas estão diante de uma conjuntura complexa, que é perpassada por estratégias, mecanismos, resistências e tensões que são parte de uma construção democrática.

Ao longo da discussão apresentada foram tratados alguns aspectos que neste momento são importantes de serem recuperados, quais sejam: a política de formação e sua relação com o trabalho; a dicotomia trabalho intelectual e manual; o papel e a inserção dos agentes sociais no Sistema Nacional de Esporte e Lazer e na Política Nacional do Esporte.

Sobre a política de formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade, percebe-se nas falas analisadas e que foram retóricas nos discursos dos outros sujeitos investigados que um dos principais problemas apresentados com base, é o fato de que há uma cultura de diferenciação claramente definida entre trabalho intelectual e manual – concepção e execução –, que se materializa na noção de que os agentes sociais são aqueles sujeitos que executam, ou seja, que estão no *fazer* enquanto existem aqueles que planejam. Conforme visto, esta forma de perceber o trabalho do outro e de encará-lo está relacionada às teses remanescentes da teoria do capital humano, que sob o viés funcionalista constrói um modelo de formação para o trabalho, que é sectário e tem por base uma educação reprodutivista.

Com relação ao papel e inserção dos agentes sociais no escopo do Sistema Nacional de Esporte e Lazer e na Política Nacional, viu-se que se trata de uma

questão de definição de papéis e competências, que é perpassada pelo reconhecimento do trabalho cotidiano desses sujeitos em suas comunidades.

Por fim, entende-se que a definição dos agentes sociais do Programa Esporte e Lazer da Cidade como trabalhadores do lazer se dá em um complexo cenário, por vezes controverso, em que outros atores sociais se fazem presentes e que se corporifica por redes de relações de poder e disputas pertinentes à área da Educação Física – como campo de conhecimento e intervenção –, ao esporte e ao lazer.

Referências bibliográficas

- ARENDDT, Hanna, (2000). *A condição humana*, 10 ed, Rio de Janeiro: Forense.
- _____, (1967). “Uiber die revolution”. [Sobre a revolução]. Munique, 1965. In. FREITAG, Bárbara; ROUANET, Sérgio. (1993). *Habermas*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática.
- BOURDIEU, Pierre. (1990). *Coisas ditas*, São Paulo: Brasiliense.
- CASTELLANI FILHO, Lino. (Org.), (2007), *Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais*. Campinas: Autores Associados.
- CASTELLS, Manuel. (2006). *La era de la información. Economía, sociedad y cultura*, Vol. 3, 4ª edición, Madrid: Alianza Editorial.
- ENGUITA, Mariano F. (2004). *La escuela a examen*. Madrid: Ediciones Pirámide-Anaya.
- _____. (1986). *Marxismo y sociología de la educación*, Madrid: Ediciones Akal.
- EWERTON, Andréa *et al.* (2007). “Discussão do projeto social do Programa Esporte e Lazer da Cidade - Uma experiência de Políticas Públicas na Esfera Federal”. In. MARCELLINO, Nelson e FERREIRA, Marcelo (Orgs.). *Brincar, Jogar, Viver. Programa Esporte e Lazer da Cidade*, Vol. II, Brasília: Ministério do Esporte.
- HABERMAS, Jürgen. (1992). *L'espace public*, Paris: Payot.
- MASCARENHAS, Fernando. (2005). *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer*. Tese de Doutorado em Educação Física, apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas.
- PARKIN, Fran. (1984). *Marxismo y teoría de clases. Una crítica burguesa*, Madrid: Espasa Calpe.
- RACIONERO, Luis. (2003). *Del paro al ocio*. Barcelona: Anagrama.
- SAMPAIO, Juarez *et al.* (2007). “Formação de agentes sociais: os núcleos de Esporte e Lazer da Cidade do Distrito Federal e entorno”. In. SUASSUNA, Dulce e AZEVEDO, Aldo (Orgs.). *Política e Lazer: interfaces e perspectivas*, Brasília: Coleção Dossiê. Thesaurus.
- SUASSUNA, Dulce *et al.* (2007), “O Ministério do Esporte e a definição de políticas para o esporte e lazer”. In. SUASSUNA, Dulce e AZEVEDO, Aldo (Orgs.), *Política e Lazer: interfaces e perspectivas*, Coleção Dossiê, Brasília: Thesaurus.
- WEBER, Max. (1991). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Rio de Janeiro: Pioneira.
- _____, (1986). *Economia e sociedade*. Brasília: Editora Martins Fontes/Editora da UnB.

Documentos consultados

- BRASIL, (2006a.), *Orientação para o debate dos eixos do Sistema Nacional de Esporte e Lazer*. Brasília: Ministério do Esporte, 28p.
- BRASIL. (2006b), *Fundamentação sobre o Sistema Nacional de Esporte e Lazer*. Brasília: Ministério do Esporte, 24p.

- BRASIL, (2006c), *I Fórum do Sistema Nacional do Esporte e Lazer*. Brasília: Ministério do Esporte, 28p.
- BRASIL, (2006d), *Considerações sobre o Sistema Nacional do Esporte proposto pelo Estatuto do Esporte*. Brasília: Ministério do Esporte, 28p.
- BRASIL, (2006e), *Política Nacional do Esporte*. Brasília: Ministério do Esporte, 44p.
- BRASIL, (1996), *Plano Plurianual 1996-1999*. Brasília: Ministério do Planejamento, 1996.
- BRASIL, (2000), *Plano Avança Brasil. Plano Plurianual 2000-2003*. Brasília: Ministério do Planejamento, 2000.
- BRASIL, (2003b), *Plano Brasil: participação e inclusão. Plano Plurianual 2004-2007*. Brasília: Ministério do Planejamento.
- BRASIL, (1999), *Avaliação do Plano Plurianual 1996-1999*. Brasília: Ministério do Planejamento.
- BRASIL, (2003a), *Avaliação do Plano Plurianual 2000-2003*. Brasília: Ministério do Planejamento.
- BRASIL, (2007), *Avaliação do Plano Plurianual 2004-2007*. Brasília: Ministério do Planejamento.
- BRASIL, (2006), *Propostas aprovadas na II Conferência Nacional do Esporte*. Brasília: Ministério do Esporte.
- BRASIL, (2004), *Parecer 58 do Conselho Nacional de Educação*. Brasília: Ministério da Educação.
- BRASIL, (2005), *Resolução 5 do Conselho Nacional do Esporte*. Brasília: Ministério do Esporte.

Professora da Universidade de Brasília
Bolsista pós-doutorado da Capes
Coordenadora da Rede Cedes/UnB

Endereço:
Universidade de Brasília – Faculdade de Educação Física
Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba B, FEF
ASA NORTE – Brasília/DF
CEP 70910 900

Contato:
dulce@unb.br